

Reconstrução do Estado, da cidadania e da solidariedade

» FÁTIMA SOUSA

Enfermeira sanitária, professora associada do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília

São muitos os desafios que terá o novo governo, que precisa se apoiar nas camadas populares para realizar as transformações sociais de que tanto necessitamos. Os setores dominantes que se beneficiam do Estado certamente reagirão diante de mudanças. Que em 2023 e nos anos vindouros possamos esperar, para que as novas políticas públicas nos permitam recuperar os direitos sociais, e o protagonismo da população, fortalecido na virada de página da história.

Enfrentamos um golpe que trouxe ao poder um governo autoritário que objetivava acabar com qualquer conquista popular e possibilidade de Estado de bem-estar social, que sucateou a educação, a assistência social, a previdência e a saúde pública, enquanto o país atravessava a tormenta da pandemia em um governo negacionista. Governo que desejava destruir as instituições do Estado para estabelecer um regime autoritário, alicerçado na intolerância e conservadorismo.

Em uma eleição polarizada, foram violentas as ações de fake news, uso do Estado para promover setores eleitoralmente favoráveis, ameaças patronais e religiosas, ações para impedir as pessoas de comparecerem à votação, desde ausência de passe livre até bloqueio de rodovias. Passada a eleição, ainda enfrentamos ações de terrorismo com uso de bloqueios patronais, tiros e bombas, cenário que conta com o apoio do governo que findará.

O relatório de transição demonstra o quanto há por ser feito, pois o governo Bolsonaro desorganizou o Estado e os serviços públicos de forma sistemática. Se, por um lado, a EC 95/2016 enrijeceu os gastos nas áreas sociais, por outro, o governo furou o teto de gastos por cinco vezes, gerando gastos de cerca de R\$ 800 bilhões. Nesse mesmo documento, consta o ingresso de 33,1 milhões de brasileiros no mapa da fome e 125,2 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Os cortes no orçamento da saúde para 2023 são de R\$ 10,47 bilhões, inviabilizando programas e ações estratégicas do SUS. Na educação, o governo derrotado sequer contratou novos livros didáticos e congelou durante quatro anos em R\$ 0,36 por aluno a parte da União para a merenda escolar. As universidades e institutos federais estão em situação crítica reafirmada pelo MEC de que os valores cancelados ao longo do ano não serão recompostos neste final de exercício.

Em todas as áreas, o cenário é de cortes, como se não bastasse um saldo de indicadores resterríveis como o desmatamento, o número crescente de feminicídios, racismo, LGBTfobia, o desmonte das políticas de juventude, dos

direitos indígenas, entre outros. Mas, em contraponto ao crescimento das mazelas, vimos o florescer da resistência nos movimentos sociais, anunciando uma primavera em que ninguém solta a mão de ninguém, nos fortalecendo para enfrentar a destruição dos serviços públicos, o desmonte do SUS, a destruição da Amazônia, a tentativa de reforma administrativa e os processos de privatizações, entre tantas frentes.

Mas, para que o futuro floresça e nos promova alegrias, há um caminho a ser percorrido. Derrotamos o governo Bolsonaro, mas é preciso seguirmos em

luta para superarmos o ódio plantado pelo fascismo e construirmos alternativas para a nação. Paulo Freire nos deixou lições muito atuais. Diante das situações críticas e da opressão individual e coletiva, necessitamos nos reinventar e construir saídas à superação das barreiras opressivas. A educação é por si esperanzosa, não apenas preserva os saberes, mas também propicia a estruturação de novas respostas aos desafios do porvir. A esperança para Freire não se confunde com esperar, pois representa a vontade de levantar, de ir atrás, de construir, de unirmos e jamais desistirmos.



Criptoativos a um passo da regulação no Brasil

» FLÁVIO PANSIERI
Sócio-fundador Pansieri Advogados» FELIPE GASPARIM
Head de regulação em tecnologia Pansieri Advogado

A notícia da falência da segunda maior exchange de criptoativos do mundo, a FTX, abalou o mercado financeiro internacional, que reagiu com queda abaixo das mínimas históricas registradas nos últimos dois anos, algo incomum em uma área marcada por investidores de longo prazo. O Congresso Nacional não se mostrou alheio aos receios dos agentes, acelerou a tramitação e aprovou o Projeto de Lei de Criptoativos (PL 4.401/21), que já tramitava havia sete anos. Agora, resta apenas a sanção presidencial.

O projeto aprovado visa principalmente regulamentar as operações das exchanges trazendo mais transparência às operações empresariais de alienação de ativos digitais, de modo a permitir maior fiscalização nas negociações dos ativos, que até então ficavam às margens dos olhares do Estado, mesmo sendo responsável em 2021 por R\$ 300 bilhões em movimentos desse tipo.

Entre os impactos que poderão ser percebidos nas corretoras, investidores e no Estado, é possível destacar que os investidores vão sentir maior fiscalização quando negociarem com qualquer administradora ou intermediadora de ativos digitais, vez que a nova lei está estritamente vinculada a proporcionar ao Estado maior fiscalização nas transações realizadas por exchanges. Os indicativos apontam que haverá um órgão regulador, o qual será indicado por ato do Poder Executivo, que atribuirá a disciplina do funcionamento e a supervisão da prestadora de serviços de ativos virtuais (PL, art. 6º).

A lei também trará ampliação do tipo penal de estelionato, tipificando agora como crime a “fraude em prestações de serviços de ativos digitais, valores mobiliários ou ativos financeiros”, que categoricamente traz o interesse de frear o aparecimento de empresas que se diziam exchanges, mas, em verdade, tratava-se de verdadeiras pirâmides financeiras. Mesmo que o PL aprovado tenha sanção presidencial e entre em vigor em 180 dias, ainda há pendência de estabelecer quem será o órgão regulador que prestará efetividade ao art. 2º sobre a autorização de funcionamento, supervisão, criação de regras e condições para exercício das atividades das exchanges no país.

Apesar dos ativos digitais não estarem tecnicamente inseridos nos aspectos que conceituam os ativos de investimentos equiparados a valores mobiliários e derivados, é muito provável que a atribuição do órgão regulador siga o mesmo caminho que o mercado internacional vem adotando. Um exemplo é o caso dos EUA, que têm atribuído tal encargo ao Securities and Exchange Commission (SEC, a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA), de modo que, ao que parece, a incumbência regulatória no Brasil ficará a cargo do controle conjunto do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A CVM já editou o parecer nº 40 em 11/10/2022, declarando que a “Autarquia está atenta ao mercado marginal de criptoativos que sejam valores mobiliários e adotará todas as medidas legais cabíveis para a prevenção e punição de eventuais violações às leis e regulamentos do mercado de valores mobiliários brasileiro, incluindo a emissão de alertas de suspensão (stop orders)”. Por seu lado, a versão final do projeto optou por consignar expressamente que criptoativos não são e não devem ser enquadrados como valores mobiliários — rejeitando, inclusive, supressão de texto propostapel Senado que ainda permitia parcial interpretação no sentido disposto pela CVM.

Apesar das dúvidas, o fato é que o Projeto de Lei de Criptoativos (PL 4.401/21) está a um passo de entrar em vigência, considerando que só resta a sanção presidencial e, se assim o for, a regulação brasileira caminhará para tratamento desses ativos como valores mobiliários — mesmo que o texto aprovado negue isso. Desse modo, poderemos brevemente estar diante do início do termo de seis meses que o PL estipula para que as exchanges que tenham intenção em manter as atuais operações no mercado, até então não regulado, se adaptem à nova lei, fazendo com que os empresários que operam nesse mercado já devam estar atentos às novas exigências.

Hiperplasia prostática benigna tem solução eficiente com cirurgia inovadora

» RICARDO FERRO

Doutor em Urologia pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e cirurgião do Centro de Robótica do Hospital Brasília e do Hospital Brasília Unidade Águas Claras, ambos da Dasa

Quarta doença mais comum entre os homens, a Hiperplasia Prostática Benigna (HPB), também chamada de próstata aumentada, atinge cerca de 50% dos homens com mais de 50 anos. Com o passar dos anos, a glândula, que faz parte do sistema reprodutor masculino, tende a permanecer em crescimento, estando já comprovado que o seu aumento está relacionado com o envelhecimento. Acima dos 70 anos, a doença atinge quase 70% dos homens.

A próstata se localiza logo abaixo da bexiga, envolvendo a uretra, canal por onde passa a urina. Por isso, a HPB provoca aumento da frequência urinária, sensação de urgência para urinar, esvaziamento incompleto da urina e vários outros sintomas que, de modo geral, prejudicam a qualidade de vida daqueles que têm esse problema. Há relatos de homens que sentem insegurança ao sair de casa, pela vontade frequente ou descontrolada para urinar.

Além disso, a doença pode comprometer o funcionamento da bexiga e dos rins, provocando complicações, como, por exemplo, a obstrução da uretra, retenção urinária aguda, insuficiência renal e, em consequência, necessidade de hemodiálise. Em determinados casos, o tratamento com medicamentos não traz resultados e a cirurgia é recomendada, em

decorrência de obstrução muito intensa da uretra, que agrava os sintomas. Até recentemente, somente havia as cirurgias abertas, de raspagem e a robótica.

Na cirurgia aberta, é feito corte no abdome e há necessidade de abertura da bexiga, com permanência de sonda de 10 a 14 dias. A ressecção transuretral da próstata é feita pelo canal da urina e, em geral, deixa muito tecido prostático sem ser removido, apresentando mais sangramento e requerendo, em média, dois dias de internação. Já a enucleação da próstata com cirurgia robótica, embora feita com pequenos orifícios na barriga, também requer a abertura da bexiga e a permanência de sonda por período de 5 a 10 dias.

Uma boa notícia é que há um novo tratamento cirúrgico, minimamente invasivo, feito com laser Holey — ou Enucleação Endoscópica Prostática com Holmium Laser. Com essa técnica, é possível conciliar as vantagens das demais técnicas: é feita pelo canal da urina, portanto não requer acesso pelo abdome e abertura da bexiga, e consegue enucleiar todo o tecido aumentado da próstata. Outra vantagem dessa cirurgia é que o paciente vai para casa no dia seguinte, sem sonda na bexiga.

O Holey é considerado pela Sociedade Americana

e Europeia de Urologia como o “padrão-ouro” de tratamento para próstatas de qualquer tamanho. Nos homens abaixo de 40 anos, o tamanho normal da próstata é em torno de 15 a 20 gramas. No entanto, as próstatas muito grandes — maiores que 150 a 200 gramas —, embora possam ser tratadas com Holey, apresentam melhores resultados quando tratadas com a enucleação pela técnica robótica.

A principal diferença entre Holey e a raspagem de próstata (RTU) é a eficácia. Mas, além disso, a cirurgia com laser Holey traz outros benefícios aos pacientes, como a ausência da necessidade de se utilizar medicamentos que podem causar efeitos colaterais indesejáveis para os homens.

Outro ponto importante diz respeito aos pacientes que fazem uso frequente de anticoagulantes, uma vez que o procedimento não exige a interrupção do tratamento. Por se tratar de um método menos invasivo e com ausência de cortes abdominais, não existem riscos de sangramento durante o ato cirúrgico.

As primeiras cirurgias com essa técnica inovadora, no Hospital Brasília Unidade Águas Claras, foram feitas em 3 de dezembro, e os pacientes puderam ir para casa no dia seguinte, sem a necessidade de utilizar sonda.